

Carta II Fórum Permanente dos Comitês de Pessoas com Deficiência

1. Apresentação

Esta carta resulta das atividades do II Fórum Permanente dos Comitês de Pessoas com Deficiência em apoio ao Governo Lula, realizado no último dia 17 de junho de 2023, contando com a participação da Secretária da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sonia Costa, e com a participação de pessoas com deficiência de diversas localidades do país. O documento, de natureza pública, é dirigido ao MCT, à Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, SNDPD, bem como às outras instâncias do governo Lula, assim como às pessoas com deficiência e à sociedade em geral.

Elaborada a partir da escuta das reivindicações dos três comitês que conformam o Fórum Permanente, esta carta baseia-se nas treze propostas para a inclusão digital lançadas durante a campanha para a eleição do presidente Lula, as quais serão aqui apresentadas com a inclusão das nossas reivindicações. Em seguida, serão apresentadas as propostas aprovadas no II fórum, a fim de que seja retomada no país, uma política consolidada de acessibilidade e inclusão que de fato possa favorecer ao segmento das pessoas com deficiência, que, apesar dos avanços alcançados nas áreas da comunicação digital, da ciência e tecnologia voltadas à inovação, ainda está à margem das ações de acessibilidade, sendo mesmo invisibilizado nos processos de acesso pleno à informação e à comunicação, à cultura e ao lazer, aos bancos de dados e sites públicos e privados, ao acesso às tecnologias assistivas que possam garantir sua autonomia e bem-estar social.

2. As Treze Propostas e as Nossas Reivindicações

1

INCLUSÃO DIGITAL E INTERNET DE QUALIDADE PARA TODOS

Criar um Sistema Nacional de Inclusão Digital, utilizando rede privada e pública de telecomunicações para todos os municípios brasileiros. Levar internet de qualidade para todas as escolas públicas (para que estas funcionem como centro para conectividade do seu entorno), contemplando as necessidades dos estudantes com deficiência nas suas especificidades: deficiência auditiva, visual, físico-motora e intelectual. para o sistema público de saúde, segurança, órgãos públicos e o ecossistema de cultura e outras atividades comunitárias, com atenção aos públicos com deficiência.

2

CAPACITAÇÃO DIGITAL (LETRAMENTO DIGITAL)

Criar um sistema nacional para que professores, alunos e pessoas nas comunidades da periferia das cidades, quilombolas, indígenas, rurais, pessoas com deficiência, entre outros, desenvolvam suas habilidades no uso das ferramentas digitais para produção de conteúdo próprio. O sistema deverá ser integrado por União, estados e municípios.

3

FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO FUTURO

Criar programa com foco na formação de profissionais nas áreas de programação e ciência de dados em todos os níveis de escolaridade para geração de emprego e renda, com ênfase na implementação de estratégias de acessibilidade para pessoas com deficiência em toda a cadeia produtiva, de formação e de desenvolvimento. As políticas visam também a reconversão profissional e a inserção no mundo do trabalho digital de pessoas de baixa renda ou desempregadas, através de bolsas de estudo.

4

PRIMEIRO EMPREGO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS

Implementar programa que vise garantir o primeiro emprego para todos os alunos formados em cursos técnicos, tecnológicos e superiores em tecnologias digitais realizados em parceria com empresas, tendo a devida atenção para que jovens com deficiência estejam incluídos nesses processos de formação e treinamento para o primeiro emprego.

5

SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS DE QUALIDADE E ACESSÍVEIS A TODOS

Ampliar e melhorar os serviços públicos prestados na internet (governo digital), a partir da criação de plataformas acessíveis também a pessoas com deficiência, com o objetivo de facilitar o uso, sobretudo, de serviços públicos de educação, saúde e segurança pública. A plataforma também promoverá a participação ativa do cidadão na formulação, implementação, monitoramento e transparência dos serviços públicos e possibilitará a participação da elaboração do Orçamento Anual (Orçamento Participativo).

6

INDUSTRIALIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DIGITAL

Fomentar o desenvolvimento da indústria e dos serviços digitais, bem como o empreendedorismo em áreas estratégicas (energia, comunicação, transporte, segurança, entre outros) e sociais (saúde, educação, assistência social, entre outros), para a geração de empregos de qualidade e aumento da produtividade e competitividade das empresas nacionais, por meio do desenvolvimento local de hardware, software e serviços voltados a demandas estratégicas e nichos de mercado, indo de semicondutores a lojas de aplicativos, em parceria com universidades e parques tecnológicos, com a devida atenção à acessibilidade para pessoas com deficiências, tanto nos desenvolvimentos de aplicativos quanto na cadeia produtiva de equipamentos.

7

CIDADES INTELIGENTES, INCLUSIVAS E SUSTENTÁVEIS

Fortalecer programa para estimular cidades inteligentes, onde a infraestrutura e os serviços públicos funcionem como forma de inclusão social, por meio de tecnologias digitais e através do acesso livre a aplicativos para inclusão digital, acessibilidade, mobilidade, segurança, habitação, saúde, e que promova a educação ambiental dos cidadãos.

8

COMPRAS GOVERNAMENTAIS PARA ALAVANCAR EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Usar o poder de compra do Estado para alavancar a indústria nacional de hardware e software, como forma de gerar trabalho e renda, além de oportunidades de negócios para as empresas nacionais. Apoiar o desenvolvimento de equipamentos e aplicativos voltados à acessibilidade das pessoas com deficiência.

9

EMPRESAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E Comunicação FORTALECIDAS

Fortalecer as empresas públicas de transmissão e processamento de dados para enfrentar os desafios do novo mundo digital. Resgatar o papel estratégico da Telebras na política pública de inclusão digital e o Serpro e Dataprev como plataformas de gestão dos dados públicos, com atenção ao fortalecimento das políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência ali desenvolvidas.

10

INOVAÇÃO COM BASE EM TECNOLOGIAS ABERTAS, DADOS ABERTOS E SOFTWARE LIVRE

Estabelecer programa de estímulo à inovação com base em plataformas livres e tecnologias abertas pelos entes da federação, empreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas. Fomentar a formação e capacitação de técnicos e profissionais nessas plataformas para estimular a inovação e autonomia tecnológica do país, com o fomento e subsídio ao desenvolvimento de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência.

11

PROTEÇÃO DE DADOS DE CIDADÃOS E EMPRESAS BRASILEIRAS CONTRA FRAUDES, ROUBOS E TRANS-FERÊNCIA INTERNACIONAL NÃO AUTORIZADA.

Garantir que cidadãos, empresas e governos sejam donos de seus próprios dados, e que estejam protegidos estrategicamente em território brasileiro. Isso inclui preservar a integridade dos dados relativos a nossos recursos estratégicos, combater vazamentos e roubos de dados pessoais dos cidadãos, informações empresariais e da administração pública.

12

DEFESA CIBERNÉTICA

Promover o investimento em redes de telecomunicações para tornarem-se mais estáveis e de alta disponibilidade, por meio de ações de defesa cibernética.

13

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Apoio e fomento na área científica e tecnológica com vistas a dominar a tecnologia de Inteligência Artificial de forma ética e transparente e desenvolver o setor para que o país fique independente dos interesses de empresas estrangeiras, que podem representar riscos à soberania e de perseguição de grupos minoritários, inclusive promovendo violação de direitos humanos na esfera digital, sempre com a atenção para a defesa dos direitos de acesso pleno à comunicação digital pelas pessoas com deficiência.

3. As Propostas do Fórum Permanente

- Garantia da promoção da transversalidade das políticas de acessibilidade para as pessoas com deficiência, evitando-se práticas e discursos capacitistas em todas as instâncias de governo, e propiciando o estabelecimento de estratégias que garantam o pleno acesso à informação, aos bens e serviços governamentais e aos desenvolvimentos visando a inovação em todas as áreas.
- Debate com os agentes de representação das pessoas com deficiência, para a consolidação de um programa de estado de ajudas técnicas, assegurando acesso à tecnologias assistivas para pessoas com deficiência vinculadas ao Cad único, ao Benefício da Prestação Continuada, do ensino básico à formação universitária. bem como em idade escolar.
- Criação de premiações para desenvolvimento de tecnologias assistivas devidamente abalizadas pelo segmento de pessoas com deficiência, apoiando projetos realizados por universidades e institutos técnicos federais;
- garantir junto ao ensino superior, acessibilidade plena aos bancos de dados, portais acadêmicos e institucionais, bibliotecas, e órgãos do governo, como Capes e CNPQ, para estudantes e docentes com deficiência;
- Fortalecimento do governo eletrônico brasileiro naquelas práticas e estratégias voltadas à comunicação digital para as pessoas com deficiência.
- estabelecimento de um órgão de monitoramento e fiscalização da acessibilidade à comunicação digital, nos órgãos públicos e empresas privadas, tal como ocorre em países como Portugal, Espanha e outros, criando-se inclusive um canal de ouvidoria para denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos com deficiência, seus familiares e agentes da sociedade civil.

Esperando que nossa carta se constitua num instrumento de apoio ao debate e à implementação das estratégias de acessibilidade pelo governo brasileiro; reiterando nossa disposição de participarmos ativamente desse processo, sugerindo melhorias e apontando práticas inovadoras e afirmativas; ratificando nossa disposição na luta em defesa da democracia, da justiça social, da inclusão com respeito à dignidade da pessoa com deficiência, com nossas saudações democráticas:

Fórum Permanente dos Comitês das Pessoas com Deficiência em Apoio ao governo Lula.

Julho de 2023.